



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
PRESIDÊNCIA DO GOVERNO
Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência

Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Presidente da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima
9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/870/2022	14/03/2022	SE/2022/334	19/04/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 318/XII – Problemas nas instalações da Escola Luísa Constantina

Em resposta ao requerimento mencionado em epígrafe, apresentado pelos Senhores Deputados António Lima e Alexandra Manes, do Grupo Parlamentar do BE, sem prescindir quanto ao teor do preâmbulo, encarrega-me o Senhor Subsecretário Regional da Presidência de informar V. Exa. do seguinte:

1 -

Segue em anexo o relatório de vistoria à Escola EB1/JI Luísa Constantina, onde foram identificadas as patologias ao nível das infiltrações na cobertura.

2 -

Segue em anexo o projeto de execução para a reparação das infiltrações. A respetiva empreitada foi adjudicada a 18 de março de 2022.

Com os melhores cumprimentos,

Assinado por: **DUARTE MANUEL CARREIRO
PACHECO PIMENTEL**
Num. de Identificação: 06094670
Data: 2022.04.19 10:25:34+00'00'
Certificado por: **Governo Regional dos Açores.**
Atributos certificados: **Chefe do Gabinete do
Subsecretário Regional da Presidência.**



Relatório de vistorias ao Pavilhão da Escola EB1/JI Luísa Constantina

Vistoria preliminar

No dia 5 de janeiro, na Escola Luísa Constantina (EB1/JI), em Rabo de Peixe, o técnico de obra, Nuno Rego, da DROPTT, acompanhado por Paula Lopes, chefe do pessoal não docente, em representação do Conselho Executivo, efetuaram a vistoria, solicitada, às instalações, confirmando assim o seu estado provocado pelas infiltrações denunciadas pelo estabelecimento de ensino.

1. No primeiro bloco as infiltrações têm origem na cobertura, já no segundo bloco as infiltrações, com a mesma origem, são em maior número, de maior dimensão, portanto, em estado mais grave.

Vistoria da equipa de topografia

2. No dia 7 de janeiro deslocou-se à Escola Luísa Constantina a equipa topográfica da SROPC, composta pelo topógrafo, Luís Dias e porta-mira, Roberto Freitas, a fim de consolidar o levantamento e registos das anomalias à cobertura com o auxílio de drone.

Anomalias

No bloco 1 registaram-se:

- Telhas regionais deslocas e partidas;
- Buracos e fendas ao longo da cobertura;
- Telhões danificados;
- Falta de manutenção/limpeza nas caleiras;
- Falta de manutenção/limpeza nas coberturas planas;
- Falta de manutenção nos equipamentos de ar condicionado e equipamentos de insuflação e extração de ar;
- Lajetas em falta e danificadas.

No bloco 2 registaram-se:

- Falta de manutenção/limpeza de telha trapezoidal metálica, que originou várias telhas oxidadas e com várias fendas;
- Os parafusos que fazem a fixação das telhas estão oxidados;
- Falta de manutenção/limpeza nas caleiras;
- Falta de manutenção/limpeza que originou zonas oxidadas e danificadas nos rincões;
- Falta de manutenção/limpeza nas palas;
- Telhões metálicos com falta de manutenção e danificados.

Conclusão:

A falta de limpeza e de manutenção da cobertura, há 14 anos, idade dos blocos, levou a oxidação dos elementos metálicos e perda de impermeabilização dos materiais.

Anexo:

Conjunto fotográfico de registo aos problemas na cobertura e no pavimento; divisão por blocos, estado interior e exterior dos mesmos.

Créditos fotográficos:

- As fotos exteriores foram executadas pela equipa de topografia da SRTOPC;
- As fotografias do interior foram cedidas pelo Presidente do Conselho Executivo, professor André da Costa Melo.

Anexos

Bloco 1 – Exterior



Foto 1 – Cobertura Bloco 1

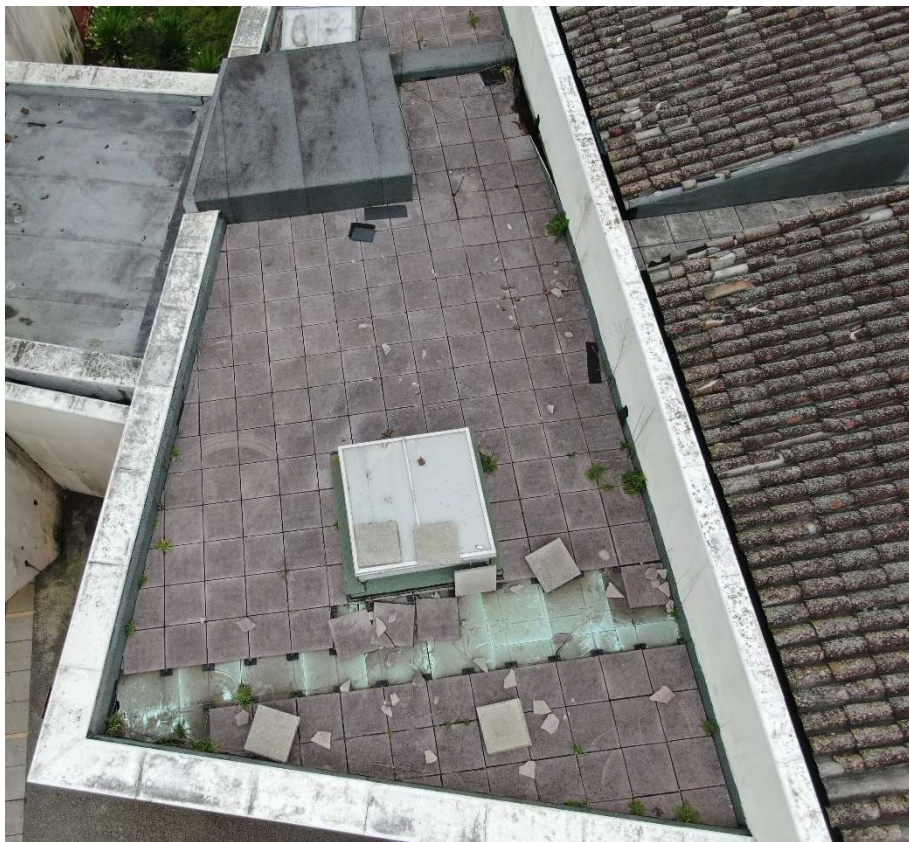


Foto 2 – Lajetas em falta e danificadas



Foto 3 – Telhas/Telhões danificados e em falta



Foto 4 - Cobertura com vegetação



Foto 5 – Caleira com detritos e com falta de impermeabilização



Foto 6 - Falta de manutenção nos equipamentos de ar condicionado e equipamentos de insuflação e extração de ar

Bloco 2 – Exterior



Foto 7 – Cobertura Bloco 2

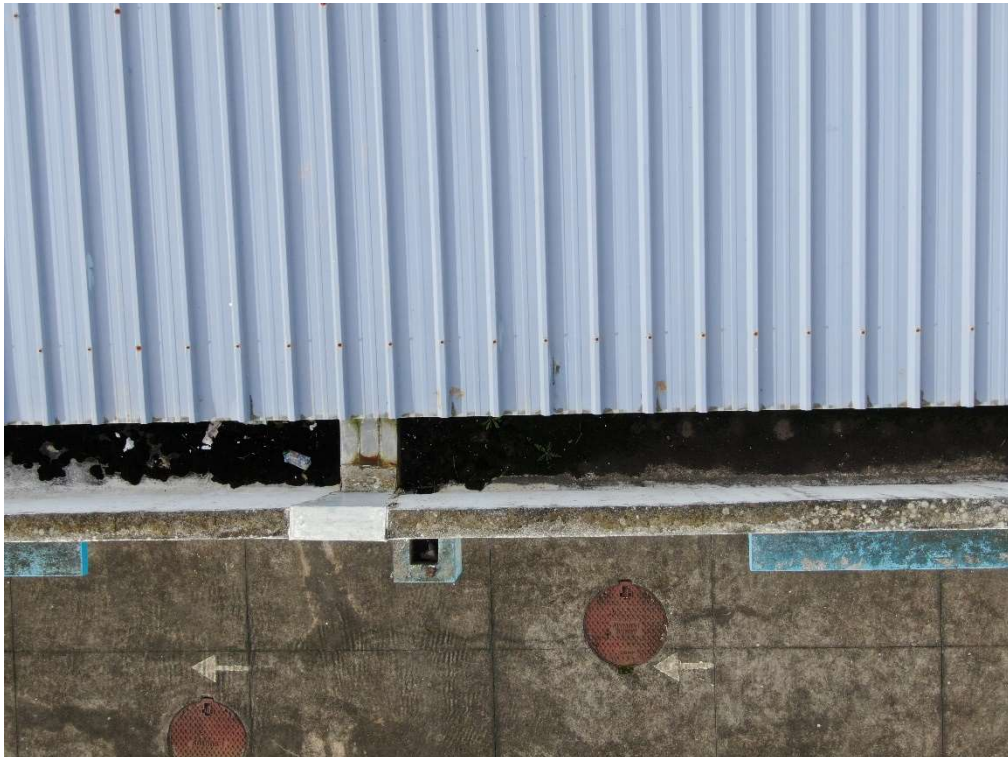


Foto 8 - Caleira com detritos e com falta de impermeabilização

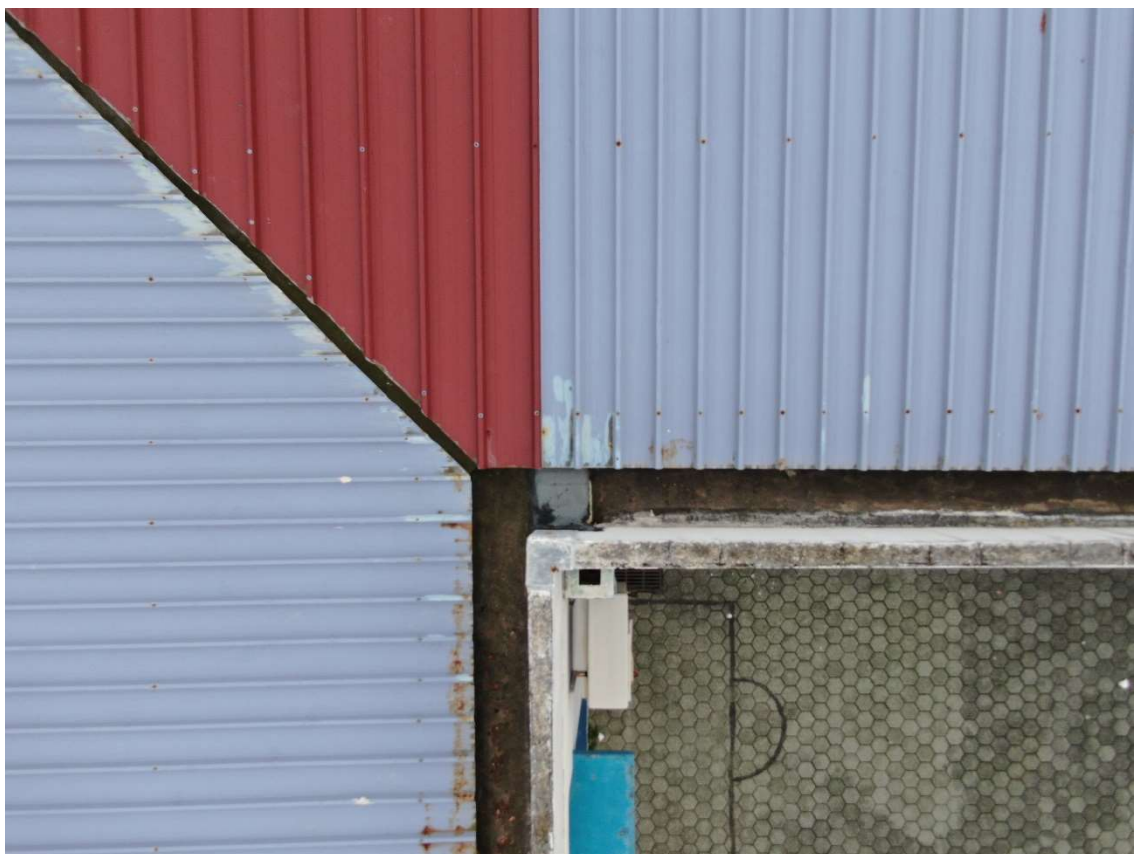


Foto 9 – Cobertura com uma telha já substituída



Foto 10 – Caleira sem impermeabilização, telha danificada

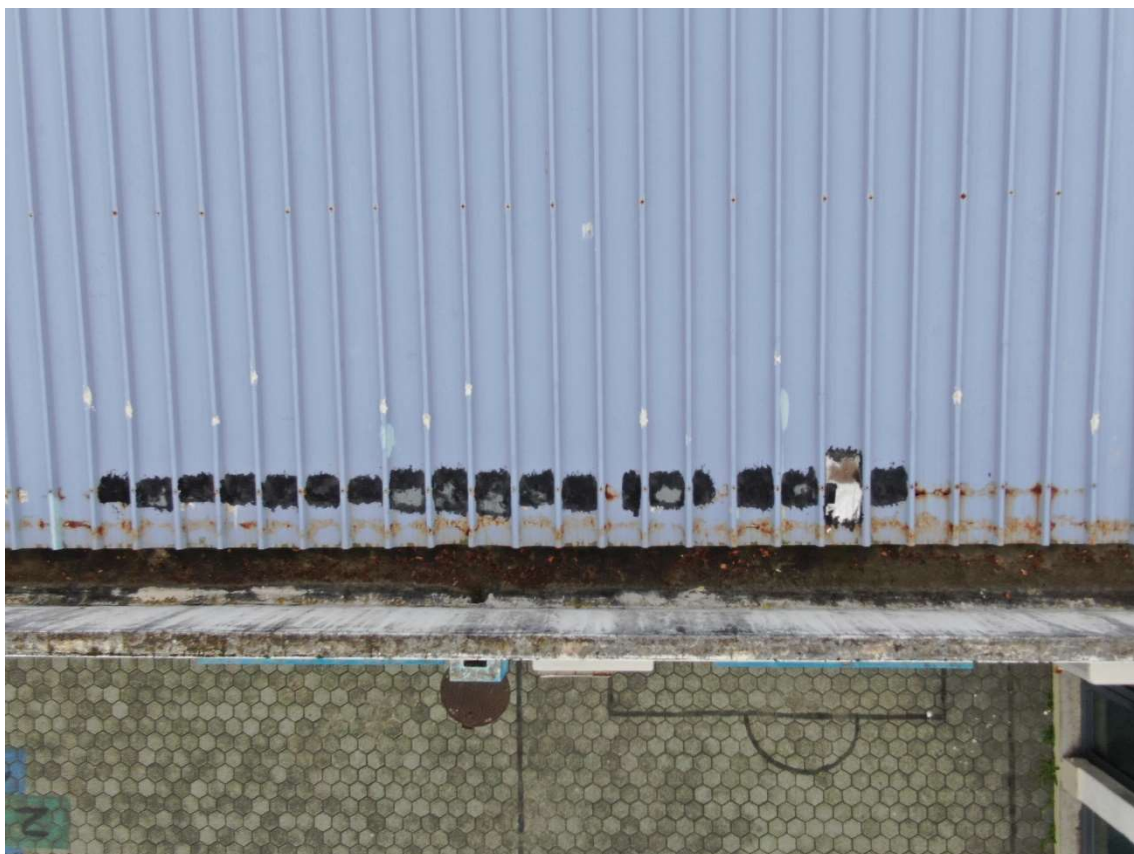


Foto 11 – Telha com parafusos oxidados e telha oxidada e danificada



Foto 12 – Pala sem impermeabilização, rincões oxidados e danificados e cumeeiras danificadas

Bloco1 e 2 – Interior



Foto 13 – Zona com tinta danificada



Foto 14 – Foi retirado o alarme devido a água que passa nos tubos



Foto 15 – Teto danificado



Foto 16 – Paredes com presença de eflorescência

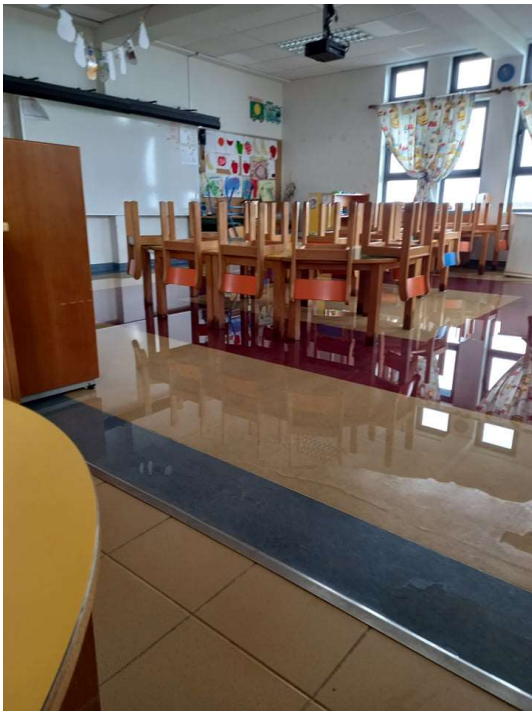


Foto 17 – Água proveniente das chuvas



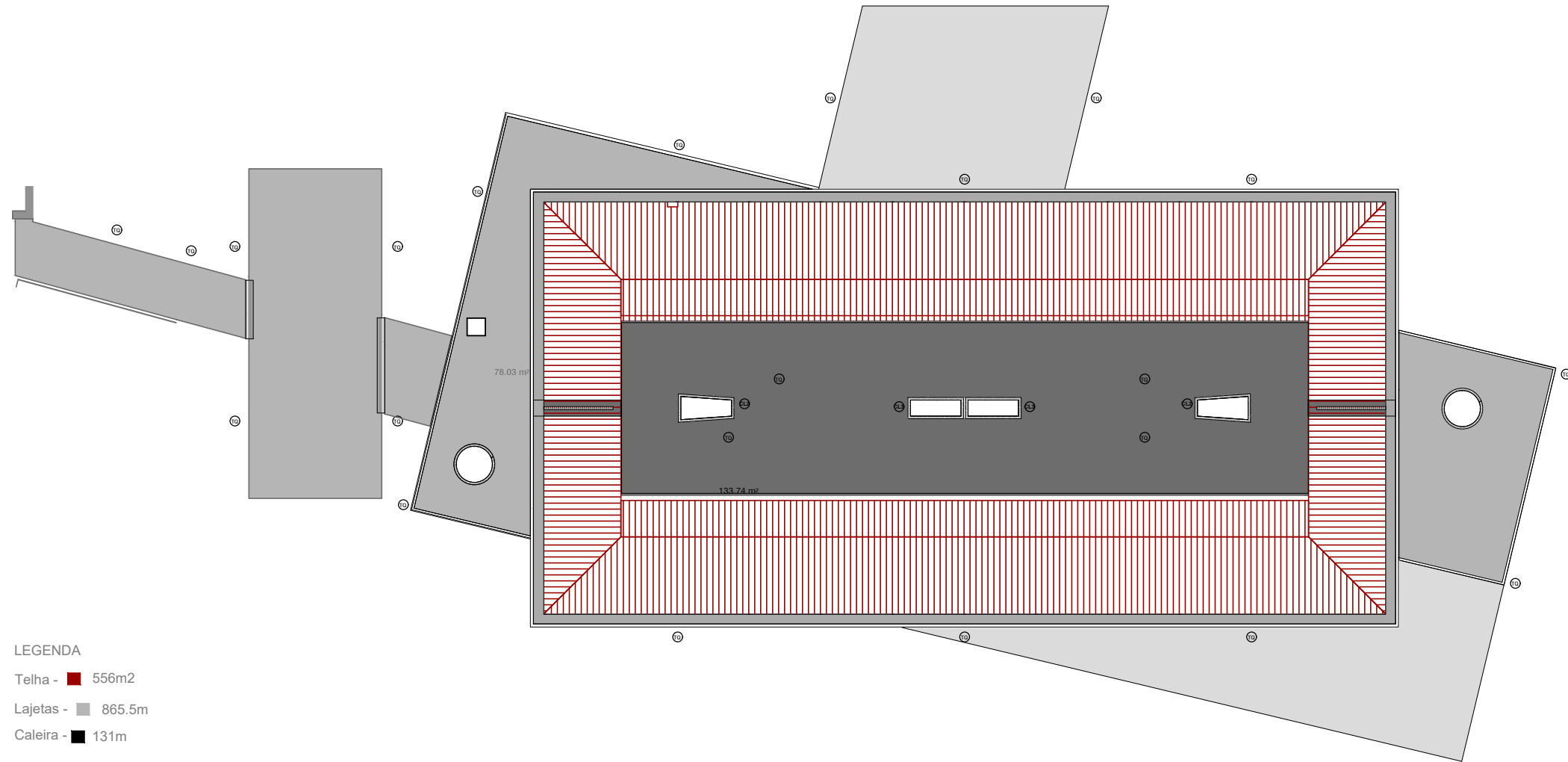
Foto 18 - Água proveniente das chuvas



Foto 19 – Chão danificados pela água

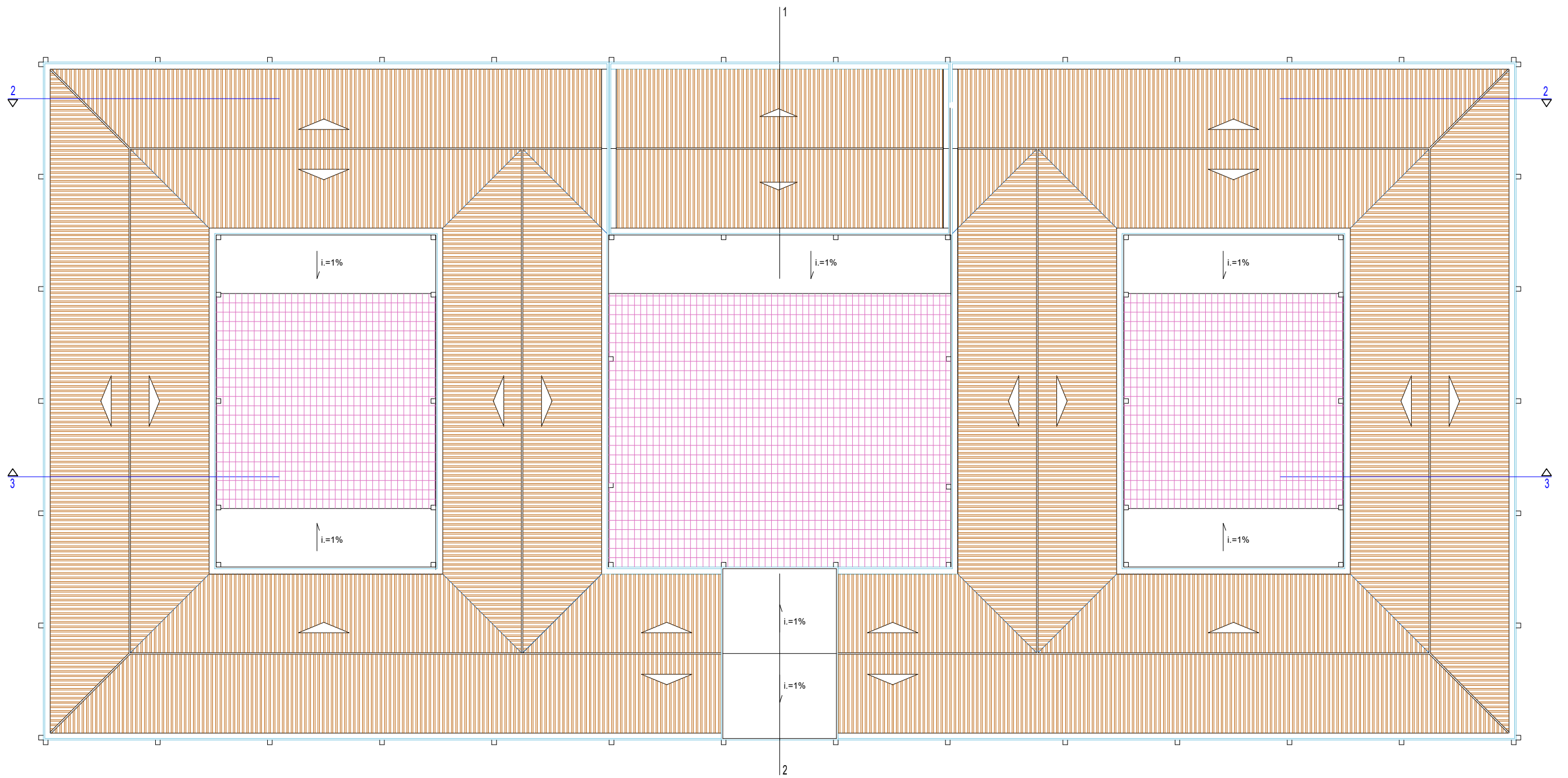


Foto 20 – Pedacos do teto falso e águas provenientes das chuvas



LEGENDA

- Telha - ■ 556m2
- Lajetas - ■ 865.5m
- Caleira - ■ 131m



LEGENDA

- Telha - 2598.74m²
- Cobertura plana - 161.43m²
- Caleira - 644.52m
- Rincão - 85.8m

SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES TERRESTRES

ANEXOS – LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DE PATOLOGIAS

ESCOLA BÁSICA LUÍSA CONSTANTINA (EB1/JI)

RABO DE PEIXE

2022

LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DE PATOLOGIAS

BLOCO I



Imagem 01 – Cobertura existente.

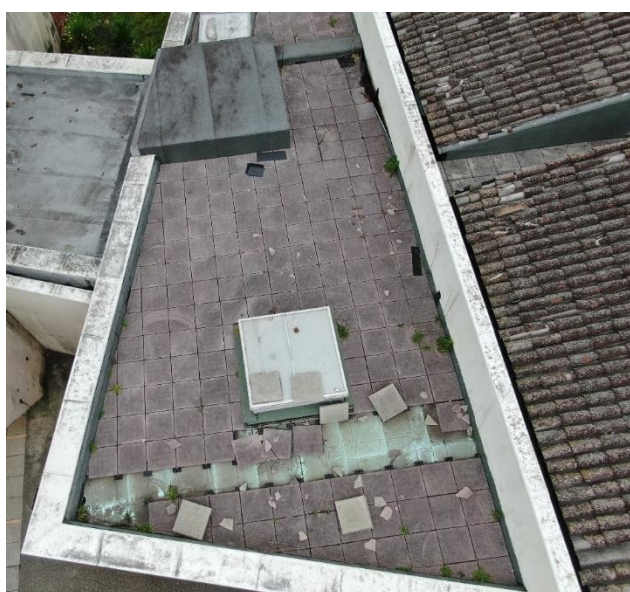


Imagem 1 – Cobertura planta com revestimento danificado.

SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES TERRESTRES



Imagem 2 – Revestimento cerâmico e acessórios danificados.

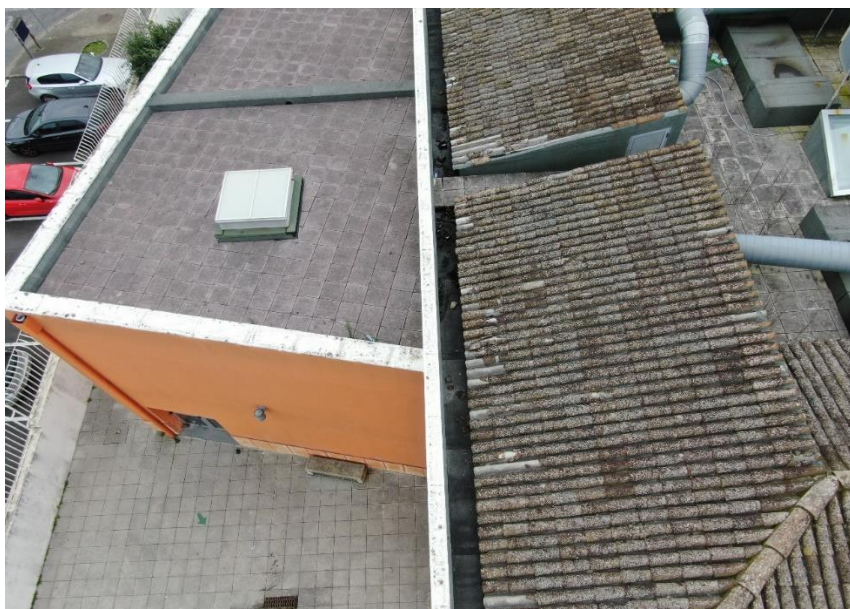


Imagem 3 - Cobertura apresenta crescimento de vida vegetal.



Imagem 4 – Caleira apresenta detritos e com falta de impermeabilização.



Imagem 5 - Deterioração nos equipamentos existentes.

BLOCO II



Imagem 6 – Cobertura existente.

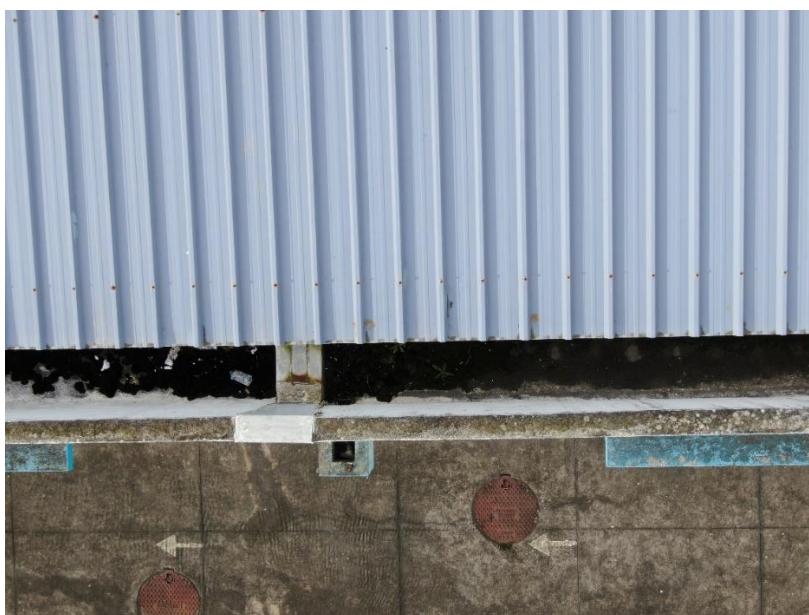


Foto 7 - Caleira apresenta detritos e a correta falta de impermeabilização.

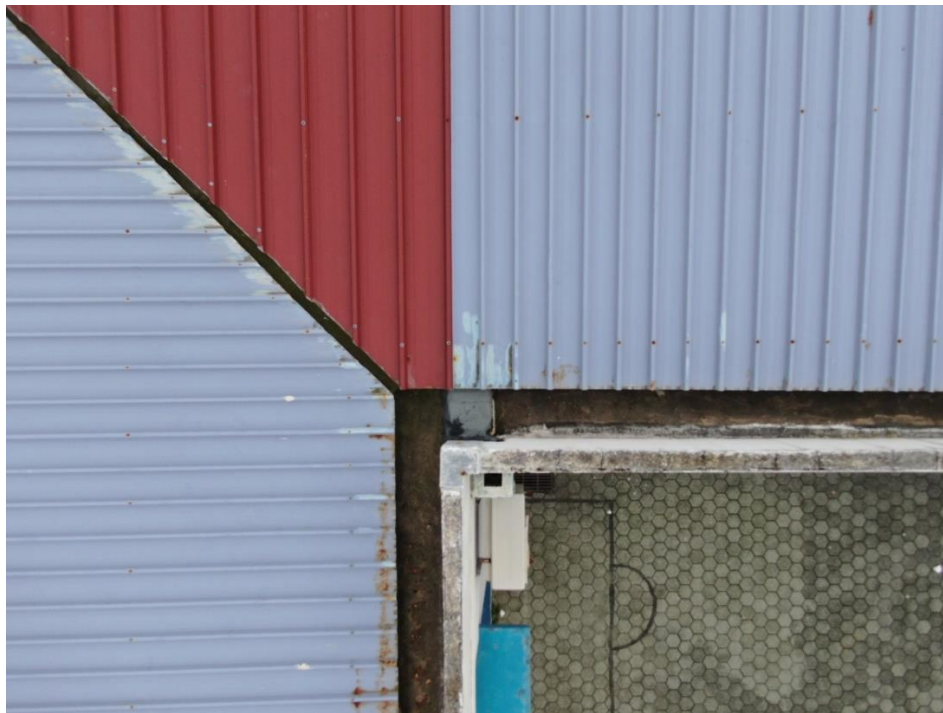


Imagem 8 – Incoerência de elementos anteriormente substituídos.



Imagem 9 – Acessórios com ausência da sua correta impermeabilização e danificação pontual do revestimento de cobertura.

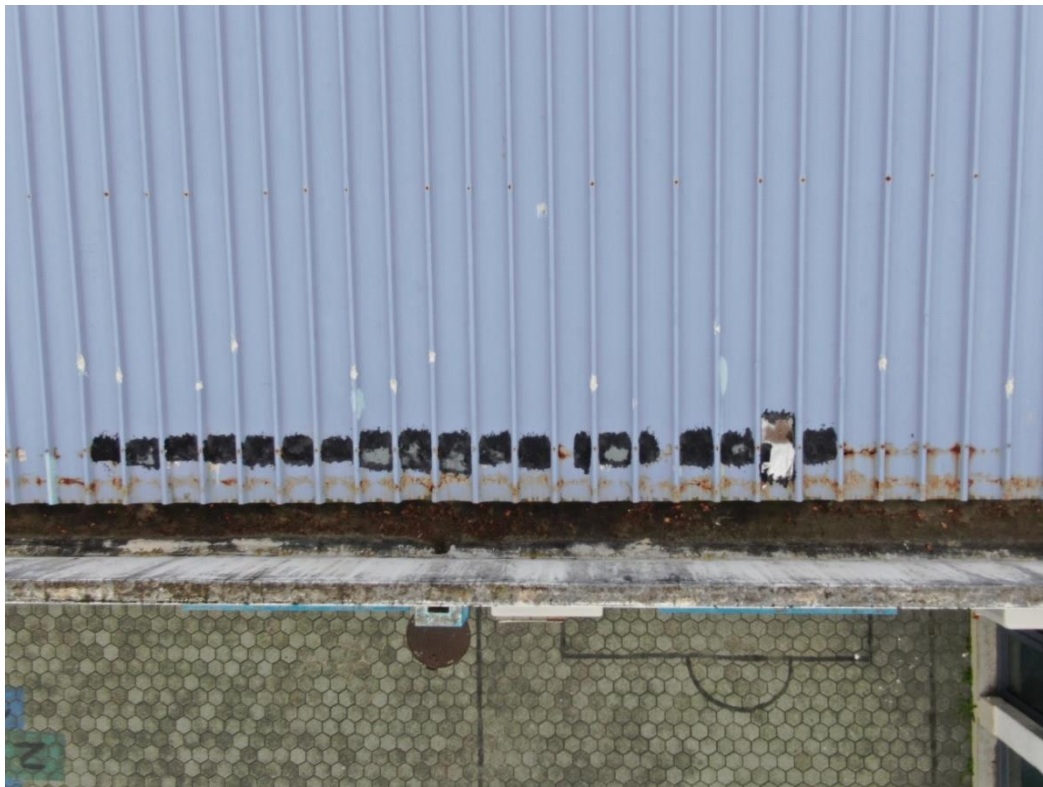


Imagem 10 – Revestimento de cobertura e ferragens apresentam oxidação e danificação pontual.



Imagem 11 – Pala apresenta a sua correta impermeabilização, rincões oxidados e danificados e cumeeiras danificadas.

Ponta Delgada, 8 de fevereiro de 2022.

Nota

Fotografias da autoria da equipa técnica da Direção Regional das Obras Públicas e Comunicações.

SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES TERRESTRES

REPARAÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE

ESCOLA BÁSICA LUÍSA CONSTANTINA (EB1/JI)

RABO DE PEIXE

2022

MEMÓRIA DESCRITIVA

O presente documento é parte integrante da proposta que se apresenta para as reparações técnicas que se pretende levar a efeito na Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI), na rua de São Caetano, na vila de Rabo de Peixe, concelho da Ribeira Grande.

O edificado a intervir foi alvo de uma vistoria por parte dos técnicos da Direção Regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres, onde constatou-se a necessidade de intervir urgentemente em dois blocos que constituem o estabelecimento de ensino, devido às diversas anomalias detetadas no local.

Das patentes existentes detetadas, vale ressaltar a danificação do revestimento da cobertura e da estrutura de suporte, bem como, a deterioração de elementos secundários que a constituem, nomeadamente, acessórios e ferragens.

Consequentemente, como medida de prevenção adotada é interdito o acesso a esses espaços por pessoas não autorizadas.

Ponta Delgada, 8 de fevereiro de 2022.

Notas Gerais

Todas as dimensões deverão ser obrigatoriamente verificadas em Obra.

A presente memória descritiva aborda aspetos gerais, e em tudo o que nesta estiver omissa, aplicar-se-á a legislação em vigor.

Estamos disponíveis para prestar esclarecimentos e elaborar os documentos adicionais necessários.

SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

DIREÇÃO REGIONAL DE OBRAS PÚBLICAS E TRANSPORTES TERRESTRES

REPARAÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE - ESCOLA BÁSICA LUÍSA CONSTANTINA (EB1/JI)

MAPA DE QUANTIDADES

ART.º	DESCRIÇÃO DOS TRABALHOS	UN	QT
0	NOTAS PRÉVIAS		
0.1	Este documento enuncia apenas a listagem dos itens incluídos no projeto, não descrevendo as suas características técnicas. Para a correta interpretação destas medições deverão ser consultados os restantes documentos que constituem o Projeto.		
0.2	Para cada artigo, o fornecimento, colocação, utilização, montagem e/ou assentamento em obra de todos os materiais, equipamentos, meios auxiliares e de elevação, mão-de-obra, transporte, carga e descarga, armazenamento e acondicionamento, proteção, apresentação de amostras, bem como, a execução, remoção e eventual demolição de protótipos, trabalhos e acessórios complementares que se tornem necessários à sua perfeita execução, <u>terão obrigatoriamente de considerar-se incluídos, quer estejam ou não explícitos na sua descrição.</u>		
0.3	Deverão ser considerados todos os aspetos aplicáveis que constam da legislação em vigor, incluindo os encargos com as regras ambientais, nomeadamente, as obrigações de gestão de resíduos (PPGRCD) e regras de segurança, saúde e higiene no trabalho (PSS).		
0.4	Todos os materiais, produtos e equipamentos definidos como marcas de referência, poderão ser alterados por outros com as mesmas características técnicas, sempre sujeitos à aprovação pelo dono da obra e fiscalização.		
0.5	Antes da elaboração das propostas os interessados deverão requerer ao Dono de Obra uma visita ao local, com o objetivo de se inteirarem das condições existentes para a realização da empreitada, não podendo alegar o seu desconhecimento.		
0.6	Todas as dimensões dos elementos apresentados deverão ser confirmados em obra.		
1	TRABALHOS PREPARATÓRIOS		
1.1	Instalações e equipamentos necessários à execução da empreitada, compreendendo vedações, acessos, placas sinalizadoras e informativas, painel de identificação da obra, piquetagem da obra e apoio topográfico durante o período de execução da mesma, todos os trabalhos de limpeza geral do edifício e dos espaços afetos aos trabalhos da obra, instalações destinadas ao pessoal, Dono da Obra e fiscalização, bem como todas as redes e equipamentos necessários ao funcionamento de acordo com as condições técnicas e a legislação em vigor, de acordo com o disposto no artigo 24º do D.L. n.º 59/99 de 20 de Março e Plano de Segurança e Saúde aprovado.		
1.1.1	Montagem de estaleiro;	vg	1,00
1.1.2	Manutenção de estaleiro;	vg	1,00
1.1.3	Desmontagem de estaleiro.	vg	1,00
2	BLOCO I		
2.1	Limpeza das caleiras existentes, incluindo transporte a vazadouro sobre os materiais restantes e posterior impermeabilização com membrana elástica.	ml	131,00
2.2	Remoção das telhas de barro existentes, com vazadouro no local da obra para posterior limpeza das telhas de fibrocimento e impermeabilização com membrana elástica.	m²	556,00
2.3	Colocação de telha anteriormente removida, considerado 10 % de novas telhas, com colocação de grampos em inox, assim como fixação dos cumes com cola e veda.	m²	556,00
2.4	Remoção, limpeza e reparação de revestimento em lajetas em cobertura plana, considerando a substituição até 20% da área existente, incluindo limpeza e eliminação de focos de infiltração na base e transporte a vazadouro sobre os materiais restantes.	m²	865,50
2.4.1	Reparação pontual das telas existentes sobre a cobertura plana, incluindo transporte a vazadouro sobre os materiais restantes.	vg	1,00

3	BLOCO II			
3.1	Reparação de cobertura em telha de chapa metálica em 40 % da área prevista, incluindo zonas danificadas e parafusos com membrana elástica.	m²		1039,50
3.2	Substituição das telhas danificadas existentes para posterior colocação de 10 novas telhas com 6 metros de comprimento, incluindo todos os trabalhos necessários á sua boa colocação.	vg		1,00
3.3	Limpeza das caleiras metálicas existentes, incluindo transporte a vazadouro sobre os materiais restantes e posterior impermeabilização com membrana elástica.	ml		644,52
3.4	Limpeza das cobertura planas com jato de água para posterior impermeabilização com membrana elástica.	m²		161,43

LEGENDA

UN - Unidade

QT - Quantidade



08/02/2022

1: 2.000

624861.5831132967

625257.3997799633



0 20 40 60m

624861.5831132967

625257.3997799633

SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

**EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE – ESCOLA
BÁSICA LUÍSA CONSTANTINA (EB1/JI)**

**GOVERNO DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E DOS TRANSPORTES TERRESTRES**

**PLANO DE PREVENÇÃO E GESTÃO DE
RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO**

fevereiro, 2022



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E DOS TRANSPORTES TERRESTRES

EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE – ESCOLA BÁSICA LUÍSA
CONSTANTINA (EB1/JI)

I- Dados gerais da entidade responsável pela obra
Nome: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações
Morada: Largo do Colégio, nº 4 – 9500-054 Ponta Delgada
Telefone: 295204550; Fax: 295628494; email: sropc-info@azores.gov.pt;
Número de identificação de pessoa coletiva: 600087077
CAE: 84112

II- Dados gerais da obra
Tipo de obra: Reparação e manutenção da cobertura da escola Básica Luísa Constantina
Código do CPV: 45261900-3 Obras de reparação e manutenção de coberturas
Número de processo de Avaliação de Impacto Ambiental: Não aplicável
Local da obra: Ilha de São Miguel

III- Resíduos de construção e demolição
1- <u>Caraterização da obra</u>
Caraterização sumária da obra a efetuar: A empreitada tem como objetivo proceder a reparações técnicas na Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI), na rua de São Caetano, na vila de Rabo de Peixe, concelho da Ribeira Grande. Pretende-se reparar dois blocos em que se verificou a danificação do revestimento da cobertura e da estrutura de suporte, bem como, a deterioração de elementos secundários que a constituem, nomeadamente, acessórios e ferragens.
Caracterização sucinta dos métodos construtivos a utilizar tendo em vista os princípios referidos no art.º 2 do DL 46/2008 de 12 de março: Os métodos construtivos a adotar deverão permitir que a gestão de RCD se realize de acordo com os princípios da autossuficiência, responsabilidade pela gestão, prevenção e redução, hierarquia das operações de gestão resíduos, regulação da gestão de resíduos e da equivalência. Assim proceder-se-á à: <ul style="list-style-type: none">• Rentabilização de materiais e produtos com vista à redução das perdas e sobras;• Recolha, armazenamento, acompanhamento e encaminhamento dos RCD;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E DOS TRANSPORTES TERRESTRES

EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE – ESCOLA BÁSICA LUÍSA
CONSTANTINA (EB1/JI)

- Encaminhamento dos RCD para operadores licenciados;
- Reutilização de solos e rochas sem substâncias perigosas.

III- Resíduos de construção e demolição

2- Incorporação de reciclados

- a) **Metodologia para a incorporação de reciclados de RCD:** O projeto não considera a incorporação de agregados reciclados ou quaisquer outros reciclados de RCD
- b) **Reciclados de RCD integrados na obra:** Não se prevê a sua utilização na obra

III- Resíduos de construção e demolição

3- Prevenção de Resíduos

a) **Metodologia de Prevenção de RCD:** A metodologia de prevenção baseia-se no controlo de todos os materiais a utilizar na obra, de modo a maximizar a sua rentabilidade, minimizando assim as sobras, perdas e desperdícios de material, levando a uma redução de resíduos produzidos pelo fabrico de certos materiais.

- c) **Materiais a reutilizar em obra:** Reutilização de telha cerâmica em aproximadamente 90%

III- Resíduos de construção e demolição

4- Acondicionamento e triagem

a) **Referência aos métodos de acondicionamento e triagem de RCD na obra afeta à mesma:** O armazenamento dos resíduos em obra deverá ter por base uma logística centralizada e organizada no estaleiro da obra e seleção e remoção por especialidade. A recolha será feita no local de execução através de bags e/ ou big bags e/ ou contentores. Quando cheios será feita a sua remoção para deposição nos contentores localizados no estaleiro. O armazenamento no estaleiro será temporário, sendo depois todos os resíduos encaminhados para operadores devidamente licenciados. Em termos de prioridade de destino final dos resíduos será dada primazia à reciclagem, valorização e apenas depois à deposição em aterro



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E DOS TRANSPORTES TERRESTRES

EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE – ESCOLA BÁSICA LUÍSA
CONSTANTINA (EB1/JI)

b) Caso a triagem não esteja prevista, apresentação da fundamentação para a sua impossibilidade: Não aplicável.

c) Estimativa orçamental o associado à gestão de resíduos: Estima-se que os encargos associados à gestão de resíduos, que incluem a valorização, reciclagem ou a sua eliminação sejam de, aproximadamente, 1.268,16 euros

IV- Produção de RCD								
Designação	Código LER	Quantidade Produzida (t)	Quantidade para reciclagem (%)	Operação reciclagem	Quantidade para valorização (%)	Operação de valorização	Quantidade para eliminação (%)	Operação de eliminação
Embalagens de plástico	15 01 02	0,2	-	-	90	R13	10	D01
Embalagens de papel e cartão	15 01 01	0,2	-	-	90	R13	10	D01
Ladrilhos, Telhas e materiais cerâmicos	17 01 03	1,3	-	-	90	R13	10	D01
Alumínio	17 04 02	5,6	-	-	90	R13	10	D01
Material de isolamento	17 06 04	9,9	-	-	90	R13	10	D01
Total		17,2			15,5		1,7	

Nota: Verificar todos os valores em obra

Notas:

1. Para os resíduos definidos neste PPGRCD foi designado um destino com vista à sua valorização, desta forma está previsto o transporte dos mesmos a operadores devidamente licenciados para esta operação. Chama-se a atenção que não se considera uma valorização de 100% uma vez que, por vezes, sucede que os resíduos são contaminados por outros ou perdem qualidades que impedem a sua valorização e o único tratamento possível passa a ser a deposição em aterro.
2. Operação D01: depósito no solo, em profundidade ou à superfície (p.e. em aterros, etc.);
3. Operação R01: Utilização principal como combustível ou outros meios de produção de energia;
4. Operação R02: Recuperação/Regeneração de solventes;
5. Operação R03: Reciclagem/Recuperação de substâncias orgânicas não utilizadas como solventes (incluindo digestão anaeróbia e ou compostagem e outros processos de transformação biológica);
6. Operação R04: Reciclagem/Recuperação de outros materiais inorgânicos;
7. Operação R05: Reciclagem/Recuperação de outros materiais inorgânicos;
8. Operação R06: Regeneração de ácidos ou de bases;
9. Operação R07: Valorização de componentes utilizados na redução da poluição;
10. Operação R08: Valorização de componentes de catalisadores;
11. Operação R09: Refinação de óleos e outras reutilizações de óleos;
12. Operação R10: Tratamento do solo para benefício agrícola ou melhoramento ambiental;
13. Operação R11: Utilização resíduos obtidos a partir de quaisquer operações enumeradas de R01 a R10;
14. Operação R12: Troca de resíduos com vista a submetê-los a uma das operações enumeradas de R01 a R11;

Operação R13: Armazenamento de resíduos destinados a uma das operações enumeradas de R01 a R12 (com exclusão do armazenamento temporário, antes da recolha, no local onde os resíduos foram produzidos);



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
DIRECÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E DOS TRANSPORTES TERRESTRES

EMPREITADA DE REPARAÇÃO DE COBERTURA EXISTENTE – ESCOLA BÁSICA LUÍSA
CONSTANTINA (EB1/JI)

FICHA DE MONITORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO

Processo de Obras n.º ____/____ de ____/____/____

Local da Obra _____

Tipo de Obra _____

Dono de Obra _____ Contacto _____

Diretor Técnico da Obra _____ Contacto _____

Empreiteiro _____ Contacto _____

Tipo de resíduos	
Data da saída	
Transportador/Operador	
Destino final	
Quantidade (ton. ou m ³)	
Documentos comprovativos (anexar)	

Data ____/____/20____

Assinatura do Empreiteiro _____

Assinatura do recetor do RCD _____




REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A FASE DE PROJECTO

Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)


EDIÇÃO N.º	
Data	
ELABORADO	
REVISTO	
VALIDADO	
APROVADO	

EDIÇÕES ANTERIORES	
Número	Data


	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	4
1. MEMÓRIA DESCRITIVA.....	4
1.1 Definição de Objetivos	4
1.2 Desenvolvimentos e Organização	5
1.3 Elementos da Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro	5
1.4 Legislação Aplicável.....	6
1.5 Horário de Trabalho.....	13
1.6 Controlo de Trabalhadores.....	13
1.7 Diretrizes para uma melhoria contínua da Segurança e higiene no trabalho	14
1.8 Seguros de Acidentes de Trabalho.....	16
2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPREITADA	17
2.1 Características Gerais	17
2.1.1 Condicionismos Existentes no Local	17
2.1 Métodos e Processos construtivos	18
2.2 Plano de Trabalhos.....	18
2.3 Projeto de Estaleiro.....	19
2.4 Lista de Trabalhos com Riscos Especiais	22
2.5 Lista de Materiais com Riscos Especiais	23
3. ACÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS.....	25
3.1 Avaliação e hierarquização dos riscos	25
3.1.1 Planos de Prevenção Específicos	25
3.2 Plano de Utilização e Controlo Geral dos Equipamentos de Apoio.....	27
3.3 Planos de sinalização temporária Rodoviária	28
3.4 Plano de Proteções Coletivas	28
3.5 Plano de Proteções Individuais	28
3.5.1 EPI's a usar por parte do corpo a proteger	29

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

3.5.2	Riscos a proteger por EPI	30
3.6	Planos e Registos de Monitorização e Prevenção	31
3.7	Plano de Identificação e Saúde dos Trabalhadores	32
3.8	Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores	33
3.9	Plano de Acidentes e Taxas de Sinistralidade	33
3.10	Plano de Visitantes.....	34
3.11	Plano de Emergência	35
3.12	Sistema de Gestão de informação e comunicação entre todos os intervenientes	36
3.13	Monitorização e acompanhamento	36

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

INTRODUÇÃO

O presente documento constitui o Plano de Segurança e Saúde (PSS), para a fase de projeto da empreitada “**Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)**”, promovida Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações.


Este PSS foi elaborado em cumprimento com as disposições dos Artigos 5.º e 6.º (*Planificação da Segurança e Saúde no Trabalho e Plano de Segurança e Saúde em Projeto, respetivamente*) do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, tendo como suporte as definições do projecto e contemplando as avaliações de riscos e as medidas de prevenção associadas, atendendo às especificidades dos processos construtivos, métodos de trabalho, aos condicionalismos existentes, ao planeamento dos trabalhos, etc.

1. MEMÓRIA DESCRITIVA

1.1 Definição de Objetivos

Pretende o Plano de Segurança e Saúde ser um instrumento que permita minimizar o número de acidentes no estaleiro desta empreitada, prevendo os riscos e preconizando medidas de prevenção.

Para tal defende-se o empenhamento de todos os intervenientes no processo construtivo, para que, de forma conjunta e solidária se assuma a segurança coletiva como resultado de um processo dinâmico de metodologia de trabalho, prevendo os riscos inerentes a cada operação de construção e adotando atempadamente a aplicação de princípios e técnicas de prevenção.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

1.2 Desenvolvimentos e Organização

Este Plano de Segurança e Saúde será posteriormente desenvolvido pela Entidade Executante para a fase de execução da obra, desenvolvimentos esses que serão validados pelo Coordenador de Segurança em Obra e aprovado pelo Dono de Obra, passando a integrar o Plano de Segurança e Saúde. Estas alterações podem estar sujeitas a um período de análise e validação de no mínimo 15 dias uteis, prazo este que em fase de obra pode estar sujeito a alterações pelo Coordenador de Segurança em Obra.


A estrutura deste PSS ficará organizada da seguinte forma: Introdução, Memória Descritiva, Caracterização da Empreitada, Ações para a Prevenção de Riscos, Monitorização e Acompanhamento e Anexos.

1.3 Elementos da Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro

Os elementos da Comunicação Prévia de Abertura de Estaleiro a disponibilizar pela Entidade Executante são apresentados em modelo próprio.

A Comunicação Prévia de abertura do estaleiro será arquivada e afixada.

A Entidade executante apresentará, ao Dono de Obra, nos prazos definidos nos n.ºs 4 e 5 do Art. 15º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, as alterações e atualizações dos elementos da Comunicação prévia.


	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

1.4 Legislação Aplicável

Gestão da Segurança e Saúde do Trabalho

Enquadramento Legal da segurança e saúde do trabalho nas empresas

- **Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro** e suas alterações – Código do Trabalho - Art.º 281º a 284º - (Estabelece os princípios gerais em matéria de segurança e saúde no trabalho);
- **Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro** e suas alterações - Regime Jurídico da Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho - (Regulamenta o Regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, de acordo com o previsto no art.º 284º da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro);
- **Lei n.º 28/2016 de 23 de agosto** - Procede à quinta alteração à Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, dando nova redação ao artigo 16.º;
- **Decreto-Lei n.º 133/99 de 21 de abril** - Altera o Decreto-Lei n.º 441/91, de 14 de novembro - Relativo aos princípios da prevenção de riscos profissionais, para assegurar a transposição de algumas regras da diretiva quadro relativa à segurança e saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho.
- **Lei n.º 102/2009 de 10 de setembro**, alterada pela Lei n.º 42/2012 de 28 de agosto e Lei n.º 3/2014 de 28 de janeiro - O artigo n.º 74.º que estabelece as modalidades de organização dos serviços de segurança e da saúde no trabalho;
- **Portaria nº 255/2010 de 5 de maio** - Estabelece o modelo de requerimento de autorização de serviço comum, de serviço externo e de dispensa de serviço interno de segurança e saúde no trabalho;
- **Portaria nº 71/2015 de 10 de março** - Aprova o modelo de ficha de aptidão de exame de saúde;
- Notificação à ACT sobre a organização dos serviços SHST

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

- **Portaria n.º 53/96 de 20 de fevereiro** - Altera a Portaria n.º 1179/95, de 26 de setembro (aprova o modelo da ficha de notificação da modalidade adotada pelas empresas para a organização dos serviços de segurança, higiene e saúde no trabalho)


Regime geral de acidentes de trabalho e doenças profissionais

- **Lei n.º 7/2009 de 12 de fevereiro** - Código do Trabalho - Art. 283º e 284º - Prevê o direito à reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais;
- **Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro** - Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e de doenças profissionais;
- **Decreto-Lei n.º 2/82 de 5 de janeiro** - Determina a obrigatoriedade da participação de todos os casos de doença profissional à Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais;
- **Decreto-Lei n.º 159/99 de 11 de maio**, alterado pelo Decreto-Lei n.º 382-A/99, de 22 de setembro - Regulamenta o seguro obrigatório de acidentes de trabalho para os trabalhadores independentes;
- **Portaria n.º 22/2018 de 18 de janeiro** - Procede à atualização anual das pensões de acidentes de trabalho e revoga a portaria n.º 97/2017 de 7 de março;
- **Portaria n.º 14/2018 de 11 de janeiro** - Portaria que regula os modelos de participação relativa a acidentes de trabalho.

Componentes Materiais do Trabalho

Equipamentos de trabalho

- **Decreto-Lei n.º 50/2005 de 25 de fevereiro** - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Equipamentos dotados de visor

- **Lei n.º 113/99 de 3 de agosto** - Procede à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro, relativo à proteção dos trabalhadores na utilização de equipamentos dotados de visor;
- **Decreto-Lei nº 349/93 de 1 de outubro** - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor;
- **Portaria nº 989/93 de 6 de outubro** - Estabelece as normas técnicas de execução das prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor previstas no Decreto-Lei nº 349/93 de 1 de outubro.

Movimentação manual de cargas


- **Lei n.º 113/99 de 3 de agosto** - Procede à alteração do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de setembro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na movimentação manual de cargas;
- **Decreto-Lei nº 330/93 de 25 de setembro** - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas.

Ruído no trabalho

- **Decreto-Lei nº 182/2006 de 6 de setembro** - Prescrições mínimas de segurança e de saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos aos agentes físicos (ruído).

Vibrações

- **Decreto-Lei nº 46/2006 de 24 de fevereiro** - Prescrições mínimas de segurança e saúde respeitantes à exposição dos trabalhadores aos riscos devidos a vibrações mecânicas.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Agentes químicos


- **Decreto-Lei nº 301/2000 de 18 de novembro** - Regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho;
- **Decreto-Lei nº 24/2012 de 6 de fevereiro de 2012** - Consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe para a ordem interna a Diretiva n.º 2009/161/EU;
- **Decreto-Lei nº 88/2015 de 28 de maio** - Procede à alteração do Decreto -Lei n.º 24/2012 de 6 de fevereiro, que consolida as prescrições mínimas em matéria de proteção dos trabalhadores contra os riscos para a segurança e a saúde devido à exposição a agentes químicos no trabalho e transpõe a Diretiva n.º 2009/161/UE, da Comissão, de 17 de dezembro de 2009 e Altera o Decreto -Lei n.º 301/2000 de 18 de novembro, que regula a proteção dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes cancerígenos ou mutagénicos durante o trabalho.

Atmosferas explosivas

- **Decreto-Lei nº 236/2003 de 30 de setembro** - Estabelece as prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de serem expostos a riscos derivados de atmosferas explosivas.

Sinalização de segurança

- **Decreto-Lei nº 141/95 de 14 de junho** - Estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho;
- **Decreto-Lei nº 88/2015 de 28 de maio** - Procede à alteração do Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho, que estabelece as prescrições mínimas para a sinalização de segurança e de saúde no trabalho, alterado pela Lei n.º 113/99, de 3 de agosto;

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

- **Portaria nº 1456-A/95 de 11 de dezembro** - Regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e de saúde no trabalho, previstas no Decreto-Lei nº 141/95, de 14 de junho;
- **Portaria nº 178/2015 de 15 de junho** - Procede à primeira alteração à Portaria nº 1456-A/95, de 11 de dezembro que regulamenta as prescrições mínimas de colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho.


Equipamentos de proteção individual

- **Regulamento (UE) 2016/425 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de março de 2016** - Revoga a Diretiva 89/686/CEE do Conselho de 21 de dezembro, relativo aos equipamentos de proteção individual;
- **Lei n.º 113/99 de 3 de agosto** - Procede à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual;
- **Decreto-Lei nº 348/93 de 1 de outubro** - Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho;
- **Portaria nº 988/93 de 6 de outubro** - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Proteção Individual, previstas no Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro.

Regulamentação Específica da Atividade da Construção

Estaleiros temporários ou móveis

- **Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro**, que procede à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei n.º 155/95, de 1 de julho, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Diretiva 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho;

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

- **Portaria n.º 101/96 de 3 de abril** - Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis.


Regulamentos de saúde e segurança no sector da construção civil

- **Decreto nº 41821/58 de 11 de agosto** - Aprova o regulamento de segurança no trabalho da construção civil;
- **Decreto nº 46427/1965 de 10 de julho** - Aprova o regulamento de Instalações Sociais Provisórias destinadas a pessoal empregado nas obras;
- **Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de outubro** - Estabelece regras gerais de planeamento, organização e coordenação para promover a segurança, higiene e saúde no trabalho em estaleiros da construção e transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva nº 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis;
- **Portaria nº 101/1996 de 3 de abril** - Regulamenta as prescrições mínimas de segurança e de saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis.

Segurança de máquinas

Segurança de máquinas novas

- **Decreto-Lei nº 103/2008 de 24 de junho** - Estabelece as regras relativas à colocação no mercado e entrada em serviço das máquinas e respetivos acessórios;
- **Decreto-Lei n.º 75/2011 de 20 de junho** - Procede à alteração dos artigos 3.º, 4.º, 12.º, 14.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 103/2008, de 24 de junho, estabelecendo os requisitos essenciais de proteção ambiental aplicáveis à colocação no mercado e à entrada em serviço das máquinas de aplicação de pesticidas.


	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Segurança de máquinas usadas

- **Decreto-Lei nº 214/95 de 18 de agosto** - Estabelece as condições de utilização e comercialização de máquinas usadas, visando a proteção da saúde e segurança dos utilizadores e de terceiros;
- **Portaria nº 172/2000 de 23 de março** - Define a complexidade e características das máquinas usadas que revistam especial perigosidade.

Segurança de equipamentos de proteção individual

- **Regulamento (UE) 2016/425 do Parlamento Europeu e do Conselho de 9 de março de 2016** - Revoga a Diretiva 89/686/CEE do Conselho de 21 de dezembro, relativo aos equipamentos de proteção individual;
- **Lei n.º 113/99 de 3 de agosto** - Procede à alteração do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 348/93, de 1 de outubro, relativo à proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual;
- **Decreto-Lei nº 128/93 de 22 de março alterado pelo Decreto-Lei nº 139/95 de 14 de junho, e pelo Decreto-Lei nº 374/98, de 24 de novembro** - Prescrições mínimas de segurança a que devem obedecer o fabrico e comercialização de máquinas, de instrumentos de medição e de equipamentos de proteção individual;
- **Decreto-Lei nº 348/93 de 1 de outubro** - Prescrições Mínimas de Segurança e Saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamento de proteção individual no trabalho;
- **Portaria nº 988/93 de 6 de outubro** - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e de saúde dos trabalhadores na utilização de Equipamento de Proteção Individual, previstas no Decreto-Lei nº 348/93, de 1 de outubro;

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

- **Portaria nº 1131/93 de 4 de novembro alterada pela Portaria nº 109/96, de 10 de abril e Portaria nº 695/97, de 19 de agosto** - Estabelece as exigências essenciais relativas à saúde e segurança aplicáveis aos equipamentos de proteção individual.

Substâncias perigosas – Embalagem e rotulagem

- **Decreto-Lei nº 98/2010 de 11 de agosto** - Estabelece o regime a que obedece a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente;
- **Decreto-Lei nº 220/2012 de 10 de outubro** - Classificação, rotulagem e embalagem de substâncias e mistura.

A Entidade Executante é obrigada a cumprir a referida legislação bem como outra que possa ser aplicada no decorrer dos trabalhos.


1.5 Horário de Trabalho

O horário de trabalho será enviado à delegação da Inspeção Regional do Trabalho (IRT).

A Entidade Executante exigirá aos seus Empreiteiros a apresentação de horário de trabalho devidamente autenticado pela IRT.

1.6 Controlo de Trabalhadores

A legislação aplicável ao sector de atividade da empresa define um quadro de responsabilidades solidárias, entre o Empreiteiro e os seus subempreiteiros, no âmbito laboral e na área da higiene, segurança e saúde no trabalho (HSST).

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Determina o Lei 102/2009 de 10 de dezembro, que a Entidade Executante deve assegurar a coordenação do seu empreiteiro e trabalhadores independentes através da organização das atividades de segurança, higiene e saúde no trabalho previstas naquele diploma.

1.7 Diretrizes para uma melhoria contínua da Segurança e higiene no trabalho


A melhoria contínua da Segurança e Saúde no trabalho depende das empresas e colaboradores das mesmas que terão que assimilar e assumir os seguintes compromissos:

Elaboração de um Plano de Formação e Informação aos trabalhadores, que comece por fazer o levantamento das carências dos trabalhadores no âmbito da Segurança e Higiene no Trabalho utilizando como referencial as disposições legais e normativas aplicáveis (DL 133/99 de 21/04, DL 82/99 de 16/03, DL 273/2003 de 29/10, entre outros), estabelecendo uma planificação e programação das medidas (informação e formação, comissões de trabalhadores, etc.) a implementar com o intuito de eliminar as carências identificadas em conformidade com a legislação em vigor.

As empresas que utilizem equipamentos devem tomar as medidas necessárias para a implementação de um plano de manutenção e verificação dos equipamentos de trabalho baseado nas informações contidas nos manuais dos fabricantes, observando sempre o disposto na regulamentação aplicável.

Organizar, de acordo com o ponto 2 do Artigo 21.º do Decreto – Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, um registo dos seus trabalhadores e trabalhadores independentes por si contratados que trabalhem no estaleiro durante um prazo superior a 24 horas, que inclua:


1. *A identificação completa e a residência habitual;*
2. *O número fiscal de contribuinte;*
3. *O número de beneficiário da Segurança Social;*
4. *A categoria profissional ou profissão;*
5. *As datas do início e do termo previsível do trabalho no estaleiro;*

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

6. *As apólices de seguros de acidentes de trabalho relativos a todos os trabalhadores respetivos que trabalhem no estaleiro e trabalhadores independentes por si contratados, bem como os recibos correspondentes.*

As Empresas com trabalhadores no estaleiro devem observar as obrigações gerais previstas no regime aplicável em matéria de segurança higiene e saúde no trabalho e em especial o ponto 1 do Artigo 22.º do Decreto – Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro:

1. *Comunicar, pela forma mais adequada, aos respetivos trabalhadores e aos trabalhadores independentes por si contratados, o plano de segurança e saúde ou as fichas de procedimento de segurança, no que diz respeito aos trabalhos por si executados, e fazer cumprir as suas especificações;*
2. *Manter o estaleiro em boa ordem e em estado de salubridade adequado;*
3. *Garantir as condições de acesso, deslocação e circulação necessária à segurança em todos os postos de trabalho no estaleiro;*
4. *Garantir a correta movimentação dos materiais e utilização dos equipamentos de trabalho;*
5. *Efetuar a manutenção e o controlo das instalações e dos equipamentos de trabalho antes da sua entrada em funcionamento e com intervalos regulares durante a laboração;*
6. *Delimitar e organizar as zonas de armazenagem de materiais, em especial substâncias, preparações e materiais perigosos;*
7. *Recolher, em condições de segurança, os materiais perigosos utilizados;*
8. *Armazenar, eliminar, reciclar ou evacuar resíduos e escombros;*
9. *Determinar e adaptar, em função da evolução do estaleiro, o tempo efetivo a consagrar aos diferentes tipos de trabalho ou fases do trabalho;*
10. *Cooperar na articulação dos trabalhos por si desenvolvidos com outras atividades desenvolvidas no local ou no meio envolvente;*
11. *Cumprir as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante;*
12. *Adaptar as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho revistas em regulamentação específica;*
13. *Adotar as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho revistas em regulamentação específica;*

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22


14. Informar e consultar os trabalhadores e seus representantes para a segurança, higiene e saúde no trabalho sobre a aplicação do Decreto – Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro.

Os trabalhadores independentes são obrigados a respeitar os princípios que visam promover a segurança e a saúde, no exercício da sua atividade (Artigo 23.º do Decreto – Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro):

1. *“Cumprir na medida em que lhes sejam aplicáveis, as obrigações estabelecidas no ponto acima;”*
2. *“Cooperar na aplicação das disposições específicas estabelecidas para o estaleiro, respeitando as indicações do coordenador de segurança em obra e da entidade executante.”*

1.8 Seguros de Acidentes de Trabalho

Por forma a atender à legislação aplicável, todas as empresas, fornecedores e trabalhadores independentes devem fazer prova da existência do seguro de acidentes de trabalho dos seus trabalhadores. As apólices de Seguro de Acidentes de Trabalho têm que cobrir as atividades.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

2. CARACTERIZAÇÃO DA EMPREITADA

2.1 Características Gerais

O presente documento é parte integrante da proposta que se apresenta para as reparações técnicas que se pretende levar a efeito na Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI), sita na rua de São Caetano, na Vila de Rabo de Peixe, Concelho da Ribeira Grande.

O edificado a intervir foi alvo de uma vistoria por parte dos técnicos da Direção Regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres, onde constatou-se a necessidade de intervir urgentemente em dois blocos que constituem o estabelecimento de ensino, devido às diversas anomalias detetadas no local.


Das patentes existentes detetadas, vale ressaltar a danificação do revestimento da cobertura e da estrutura de suporte, bem como, a deterioração de elementos secundários que a constituem, nomeadamente, acessórios e ferragens.

Consequentemente, como medida de prevenção adotada é interdito o acesso a esses espaços por pessoas não autorizadas.

2.1.1 Condicionaismos Existentes no Local

O levantamento dos condicionaismos existentes no local compreende o registo de todos os elementos que possam interferir com a implantação do estaleiro de apoio à sua execução.

Com este levantamento pretende-se identificar os condicionaismos que possam criar condições de risco, que se pretende prevenir e estudar soluções adequadas a cada caso, nomeadamente através do levantamento de cadastros.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

A Entidade Executante deverá desenvolver um Plano de Condicionalismos, onde são identificados e registados os condicionalismos existentes e descritas as medidas preventivas a adotar perante os mesmos.

Sem prejuízo de outro tipo de condicionalismos, apresenta-se uma lista não exaustiva das situações mais vulgares:

- - Construções a demolir ou a prevenir;
- - Rede de água;
- - Rede de águas residuais;
- - Rede de águas pluviais;
- - Rede de gás;
- - Rede de eletricidade (média ou baixa tensão);
- - Rede de comunicações.


Independente de outros condicionalismos, o local da obra pode manter o seu funcionamento, pelo qual deve-se tomar medidas para garantir aos utentes todas as condições de segurança e higiene no respetivo local, nomeadamente a sinalização temporária.

2.1 Métodos e Processos construtivos

A Entidade Executante deverá quando realizar o Desenvolvimento deste PSS para a Fase de Execução da Obra apresentar a descrição dos métodos e processos construtivos para as diversas atividades.

2.2 Plano de Trabalhos

O Plano de Trabalhos identifica todas as atividades inerentes à realização da empreitada, definindo o início e o fim de cada atividade, a sequência com que estas serão executadas, bem como a interdependência entre elas.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22


A Entidade Executante deverá incluir um Plano de Trabalhos que reflita o processo construtivo, operação a operação, com informação relativa à carga de mão-de-obra e carga de equipamentos e respetivas atualizações, previamente aprovados pelo Dono da Obra. Com base na análise do Plano de Trabalhos devem ser identificadas as coatividades (atividades de realização simultânea) e planear as medidas preventivas adequadas à realização de cada operação (trabalho) em segurança. A carga de Mão-de-Obra associada ao Plano de Trabalhos, deve ser semanal e/ou mensal de cada categoria profissional prevista para o estaleiro. Com base na análise da carga de Mão-de-Obra deve proceder-se à identificação e análise de eventuais situações críticas, tais como:

- Picos de mão-de-obra (momentos de elevada concentração de trabalhadores no estaleiro);
- Tipos de mão-de-obra previstos (Trabalhadores da Entidade Executante, Trabalhadores de Subempreiteiros, Trabalho Temporário, etc.);
- Datas previstas de entrada de determinadas categorias profissionais, a que estão associados maiores riscos no desenvolvimento da atividade;
- Momentos mais adequados para a realização de ações de informação e de formação no âmbito da segurança;
- Associado ainda ao Plano de Trabalhos, deverá ser apresentado um Plano de Equipamentos com a indicação dos tipos de equipamentos previstos e da sua quantidade para a execução da empreitada.

2.3 Projeto de Estaleiro

O Projeto do Estaleiro será elaborado pelo Empreiteiro e deverá ser apresentado para aprovação do Dono de Obra nos prazos definidos.

Por Estaleiro entende-se os locais onde se efetuam os trabalhos de construção propriamente ditos, bem como os locais onde se desenvolvem atividades de apoio direto àqueles trabalhos. O estaleiro deve centralizar todas as operações de coordenação, organização e preparação dos trabalhos.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Na elaboração desse Projeto deverá ser seguida a regulamentação específica aplicável, nomeadamente o Regulamento de Instalações Provisórias Destinadas ao Pessoal Empregado nas Obras, a Regulamentação das prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais e postos de trabalho dos estaleiros temporários ou móveis, e no caso de o Estaleiro ocupar total ou parcialmente vias públicas, o Regulamento de Sinalização de Trânsito, incluindo eventuais regulamentos municipais existentes que o Empreiteiro deverá verificar da sua existência.

Sem prejuízo de regulamentação aplicável, todas as áreas do Estaleiro têm que cumprir as regras indicadas neste Plano de Segurança e de Saúde.


O Projeto do Estaleiro deverá identificar e definir objetivamente através de peças escritas e desenhadas, a implantação e características das instalações de apoio à execução dos trabalhos, dos equipamentos de apoio fixos, das infraestruturas provisórias e de todos os outros elementos que as características dos trabalhos, os processos construtivos e métodos de trabalho a utilizar determinarem.

O projeto deve ser constituído pelas seguintes peças escritas e desenhadas, respeitando conforme aplicável, as especificações previstas no presente capítulo:

- Memória descritiva;
- Plantas de localização e implantação do estaleiro;
- Plantas com acessos, caminhos de circulação e sinalização de segurança e saúde do Estaleiro;
- Projeto de sinalização temporária na via pública;
- Outros elementos, como cálculos, dimensionamento, peças desenhadas, relativos a equipamentos de apoio fixos, infraestruturas provisórias ou a processos construtivos e métodos de trabalho a utilizar que o determinarem.

Sem prejuízo do regulamentado, o(s) Projeto(s) do(s) Estaleiro(s) deverá(ão) deve constar do Projeto de estaleiro:

Instalações sanitárias

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Junto à frente de trabalho o Empreiteiro terá que montar instalações sanitárias adequadas para utilização dos trabalhadores, podendo as mesmas serem amovíveis. As instalações sanitárias devem ser em número adequado.

Armazéns de materiais


Todos os materiais e equipamentos de pequena dimensão e/ou que possam deteriorar-se ao ar livre devem ser adequadamente organizados e arrumados em zonas de armazenamento fechadas. Os materiais perigosos devem ser separados dos restantes e devidamente resguardados e identificados.

Sinalização de segurança

O projeto de estaleiro deve prever e especificar a afixação no estaleiro e frentes de trabalho, de sinalização de segurança e saúde no trabalho, respeitando os requisitos previstos no Decreto-Lei n.º 141/1995 de 14 de junho e da Portaria n.º 1456 –A/95, de 11 de dezembro tendo por base, as situações de risco identificadas, bem como as respetivas medidas de prevenção. A Entidade Executante deve prever na sinalização de segurança e saúde no trabalho a colocar, os seguintes domínios:

- Sinais de obrigação para o uso de Equipamentos de Proteção Individual;
- Sinais de proibição;
- Sinais de aviso;
- Sinais de evacuação e emergência;
- Sinais relativos ao equipamento de combate a incêndios;
- Sinais informativos. Sempre que ocorram trabalhos na via pública, estes devem ser sinalizados segundo o Regulamento de Sinalização de Trânsito (Decreto – Regulamentar n.º 22A/98, de 01 de outubro), devendo os respetivos Projetos de Sinalização Temporária fazer parte integrante do projeto de estaleiro e serem incluídos neste anexo.

Ferramentaria

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

As ferramentas e equipamentos de pequena dimensão devem ser guardados diariamente em zonas destinadas para o efeito as quais terão de ser fechadas.

Vitrina para afixação de informação

No Estaleiro será obrigatoriamente montada pelo menos uma vitrina, em local bem visível e acessível a todos os trabalhadores, destinada a afixar documentação sobre segurança e saúde, nomeadamente, a exigida por lei e a prevista neste Plano de Segurança e de Saúde.


2.4 Lista de Trabalhos com Riscos Especiais

A empreitada inclui diversos trabalhos com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores, particularmente os previstos nas alíneas a), b), d), e), i) e j) do art.º 7 do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro.

Sem prejuízo de outros que o Coordenador de Segurança da Obra venha a identificar, apresenta-se no quadro seguinte uma lista não exaustiva de trabalhos que envolvem riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores.

Lista não exaustiva de Trabalhos com Riscos Especiais					
N.º	Trabalhos	Riscos potenciais	Risco (*)		
			B	M	A
1	Montagem do estaleiro	Corte, Perfuração Quedas em altura Quedas ao mesmo nível	X	X X	
2	Limpeza e remoção de telhas	Quedas ao mesmo nível Quedas em altura Inalação de produtos químicos	X	X	X
3	Trabalhos nas coberturas	Quedas em altura Quedas ao mesmo nível Corte, Perfuração Entalhamento	X	X X	X
5	Trabalhos em altura	Quedas em altura Quedas ao mesmo nível		X	X


(*) Avaliação dos riscos: B = Baixo, M = Médio, A = Alto

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Para os riscos referidos e para todos os outros que o Coordenador de Segurança da Obra venha a identificar, a Entidade Executante definirá, atendendo aos processos construtivos e métodos de trabalho, as medidas preventivas e de proteção adequadas para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores. A entidade executante é responsável por implementar medidas de segurança em todas as fases da obra.

2.5 Lista de Materiais com Riscos Especiais

A empreitada inclui alguns materiais com riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores. Sem prejuízo de outros que a Entidade Executante e Coordenador de Segurança da Obra venha a identificar, apresenta-se no quadro seguinte uma lista não exaustiva de materiais que envolvem riscos especiais para a segurança e saúde dos trabalhadores.


	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Lista não exaustiva de Materiais com Riscos Especiais					
N.º	Materiais / Equipamentos	Riscos potenciais	Risco (*)		
			B	M	A
1	Cimento	Dermatoses Problemas Respiratórios		X	X
2	Tintas, resinas, solventes	Intoxicação Tonturas e náuseas Irritações cutâneas Inflamação dos olhos	X X	X	X
3	Aços	Perfurações		X	
5	Betões	Dermatoses			X
6	Aditivos para argamassas e betões	Dermatoses (em geral) - ver fichas técnicas e rótulos dos produtos		X	
7	Betuminosos	Queimaduras Intoxicação		X	X
8	Agregados e material de escavação / aterro	Silicose	X		
9	Combustíveis	Incêndio Explosão Intoxicação		X	X X

(*) Avaliação dos riscos: B = Baixo, M = Médio, A = Alto

Para os materiais referidos e para todos os outros que o empreiteiro venha a identificar, a Entidade Executante definirá, atendendo às características dos materiais e aos processos de manuseamento e acondicionamento, as medidas preventivas adequadas para garantir a segurança e saúde dos trabalhadores.

Genericamente, para todos os materiais e equipamentos incorporáveis, a Entidade Executante terá em consideração as características dos mesmos e atenderá às indicações contidas nos rótulos dos mesmos e nas respetivas fichas técnicas, as quais deverá solicitar sempre ao fabricante / fornecedor antes da receção dos materiais / equipamentos no Estaleiro.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

3. ACÇÕES PARA A PREVENÇÃO DE RISCOS


Neste capítulo o empreiteiro deverá apresentar em Anexo o conjunto dos planos, constituídos por medidas e procedimentos de prevenção, que servirão como forma de sistematizar o controlo do “Sistema de Gestão de Segurança e Saúde” a definir no Desenvolvimento deste PSS, para prevenção dos riscos de acidentes de trabalho.

3.1 Avaliação e hierarquização dos riscos

Baseado na análise de riscos de projeto, nos processos construtivos e métodos de trabalho que a Entidade Executante venha a empregar, deve ser elaborada uma matriz de avaliação e hierarquização dos riscos profissionais associados a cada atividade/condicionalismo, definindo critérios de aceitabilidade para a valoração do risco. Para os riscos classificados como não aceitáveis, deverá a Entidade Executante definir as medidas preventivas associadas a cada risco avaliado para a respetiva atividade/condicionalismo. Na matriz de avaliação e hierarquização dos riscos profissionais a Entidade Executante, deve proceder à identificação dos riscos especiais de acordo com o previsto no Art. 7º do DL 273/2003, de 29 de outubro.


3.1.1 Planos de Prevenção Específicos

Para os trabalhos em que na matriz de avaliação e hierarquização dos riscos, foram identificados riscos especiais de acordo com o previsto no Art. 7º do DL 273/2003, de 29 de outubro, ou, sempre que o Coordenador de Segurança em Obra ou Dono da Obra venham a solicitar, deve a Entidade Executante, elaborar Planos de Prevenção Específicos. Estes documentos deverão especificar para cada atividade o seu modo operativo, devendo integrar, na definição das medidas preventivas, as

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

peças do projeto de execução com relevância para a prevenção de riscos profissionais. Deverá a Entidade Executante desenvolver os Planos de Prevenção Específicos de acordo com os seguintes conteúdos:

- **Identificação da atividade** – Informação sucinta constituindo o título do documento e indicação do local da atividade;
- **Objetivo e âmbito** – Informação relativa, ao objeto do documento, à sua integração no desenvolvimento do PSS e ao seu campo de aplicação, balizando o início e fim das atividades incluídas;
- **Meios e Recursos** – Descrição dos meios humanos e equipamentos envolvidos nas atividades;
- **Materiais, produtos, substâncias e preparações perigosas** – Identificação dos materiais, produtos, substâncias e preparações perigosas utilizadas nas atividades;
- **Condicionalismos** – Descrição dos condicionalismos decorrentes das atividades sempre que estes sejam a origem ou componente do risco, nomeadamente, aqueles que possam resultar da infraestrutura rodoferroviária em exploração;
- **Modo operativo** – Descrição das operações/tarefas inerentes aos processos construtivos/métodos de trabalho e respetivo faseamento, desenvolvendo e especificando esta informação com pormenores relativos às das peças de projeto;
- **Avaliação de riscos e medidas preventivas** – Informação relativa à matriz de avaliação e hierarquização dos riscos elaborada para as atividades incluídas no âmbito do documento, indicando pormenorizadamente o planeamento das medidas preventivas para o seu controlo dos riscos avaliados;
- **Monitorização** – Decorrente do planeamento das medidas preventivas para as atividades incluídas no âmbito do documento, deverão ser definidas os itens a verificar, a periodicidade, responsabilidades e estabelecer o processo de registo de forma a comprovar a execução das medidas previstas. Para este efeito poderá ser definido um modelo no PSS de Obra;

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

- **Formação** – Informação relativa às ações de formação previstas no âmbito do documento e planeadas nos termos dos definidos no capítulo 5.10 do presente PSS;
- **Anexos** – Deverão ser incluídos todos os elementos complementares do Plano de Prevenção Específico, como Peças escritas ou desenhadas de projeto, Planos e registos de monitorização, Planos de sinalização temporária Rodoviária e Ferroviária, Planos específicos de implementação de medidas de segurança ferroviária, Fichas de Dados de Segurança dos produtos, substâncias ou preparações, outros documentos e/ou registos relativos a requisitos regulamentares.

3.2 Plano de Utilização e Controlo Geral dos Equipamentos de Apoio


A Entidade Executante deve assegurar que todos os equipamentos de apoio existentes no estaleiro e acessórios não ligados ao equipamento estejam em bom estado de funcionamento. O bom estado de funcionamento dos equipamentos de Estaleiro é um dos aspetos de grande importância para garantia da qualidade e segurança nos trabalhos.

Por forma a sistematizar este controlo, a Entidade Executante deve elaborar o Plano de Utilização e Controlo Geral dos Equipamentos de Apoio, por forma a satisfazer as disposições legais.

A receção dos equipamentos deve observar os seguintes pontos:

- Certificado de Conformidade do equipamento em Português;
- Existência no equipamento de manual de utilização e manutenção elaborado pelo fabricante;
- Existência no equipamento do comprovativo do último registo de inspeção e manutenção do equipamento.

Os equipamentos de estaleiro deverão ser objeto de controlo periódico das suas condições de funcionamento através de, no mínimo:

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

- Revisões Periódicas de Manutenção;
- Inspeção-geral de cada Equipamento.

3.3 Planos de sinalização temporária rodoviária

A Entidade Executante deve elaborar um Plano de Sinalização Temporária, obrigatório em obras que impliquem com vias rodoviárias ativas, a integrar o PSS de obra para análise, validação e aprovação.


A sinalização temporária dos trabalhos poderá equacionar a aplicação das soluções apresentadas nos Manuais da JAE.

3.4 Plano de Proteções Coletivas

Com o objetivo de garantir a aplicação das medidas necessárias de proteção coletiva visando a redução de riscos profissionais, o empreiteiro elaborará um Plano de Proteções Coletivas, onde se definam os equipamentos de proteção coletiva a empregar em função dos riscos a que os trabalhadores poderão estar expostos.

3.5 Plano de Proteções Individuais

Com o objetivo de atenuar os riscos associados à realização das tarefas que cada trabalhador desempenha, a Entidade Executante elaborará um Plano de Proteções Individuais, onde se definam os equipamentos de proteção individual a utilizar (EPI's) pelos trabalhadores para proteção de riscos decorrentes do desempenho das suas tarefas, que não foram eliminados pela adoção de medidas de

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

proteção coletiva e/ou pelos métodos, processos e organização do trabalho, e que são suscetíveis de provocar danos à sua integridade física e/ou à sua saúde.


De acordo com os princípios básicos da segurança no trabalho, a proteção dos riscos deve ser feita na origem e deve ser dada prioridade à proteção coletiva em relação à proteção individual.

De acordo com a legislação em vigor, os empregadores são obrigados a fornecer aos trabalhadores os equipamentos de proteção individual necessários para prevenir os riscos a que os trabalhadores estão sujeitos.

Por sua vez, os trabalhadores são obrigados a utilizar os equipamentos de proteção individual, e a mantê-los em bom estado, comunicando aos seus superiores hierárquicos qualquer deficiência.

3.5.1 EPI's a usar por parte do corpo a proteger

PARTE DO CORPO A PROTEGER	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI's)
CABEÇA	– Capacetes de proteção
OUVIDOS	– Tampões para os ouvidos – Protetores auriculares
OLHOS E ROSTO	– Óculos com aros – Óculos isolantes – Escudos faciais – Máscaras e capacetes para soldadura
VIAS RESPIRATÓRIAS	– Aparelhos filtrantes – Aparelhos isolantes com aprovisionamento de ar
MÃOS E BRAÇOS	– Luvas contra agressões mecânicas – Luvas contra agressões químicas – Luvas para eletricitistas e antitérmicas – Mangas protetoras punhos de couro
PELE	– Cremes de proteção
TRONCO E ABDÓMEN	– Coletes, casacos e aventais de proteção contra agressões mecânicas – Coletes, casacos e aventais de proteção contra agressões químicas – Cintos de segurança do tronco
PÉS E PERNAS	– Botas de segurança com palmilha e biqueira de aço
CORPO INTEIRO	– Arnês de segurança – Vestuário e acessórios fluorescentes de sinalização

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

	– Coberturas de proteção
--	--------------------------


3.5.2 Riscos a proteger por EPI

EPI	PARTE DO CORPO A PROTEGER	RISCOS A PROTEGER
CAPACETE DE PROTEÇÃO	Cabeça	Pancadas na cabeça, queda de objetos e queda ao mesmo nível
BOTAS DE PROTEÇÃO	Pés	Queda por escorregamento, objetos pontiagudos e cortantes, esmagamento do pé e torção do pé
LUVAS DE PROTEÇÃO	Mãos	Cortes, entalamentos, queimaduras
PROTETORES AURICULARES	Ouvidos	Ruido e vibrações
ÓCULOS DE PROTEÇÃO	Olhos	Cegueira e outras doenças dos olhos
MÁSCARA DE SOLDADURA	Olhos e rosto	Cegueira, queimaduras e projeção de partículas
FILTRO FACIAL	Vias respiratórias	Inalação de poeiras e substâncias tóxicas e cancerígenas
COLETE RETRORREFLETOR	Corpo inteiro	Atropelamento
ARNÊS DE SEGURANÇA	Corpo inteiro	Quedas em altura

Identificação de funções pelas cores dos capacetes de proteção

A fim de facilitar a identificação de funções fixam-se as seguintes cores de capacetes proteção a usar pelos vários intervenientes nas áreas do estaleiro.

DIREÇÃO DE OBRA, TÉCNICOS E ENCARREGADOS	Branco
VISITAS	Branco
SERVENTES	Amarelo
CARPINTEIROS	Amarelo/Castanho
PEDREIROS	Amarelo/Castanho
OUTROS OFICIAIS	Castanho

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

SERRALHEIROS E ELETRICISTAS	Azul
-----------------------------	------

Todos os trabalhadores devem receber informação sobre os riscos das atividades que executam e sobre o tipo e modo de utilização dos EPI's adequados.

Ver Plano de Formação e Informação aos trabalhadores e Plano de identificação dos trabalhadores.

A receção dos EPI's é objeto de registo.

3.6 Planos e Registos de Monitorização e Prevenção

Os Planos e Registos de Monitorização e Prevenção estabelecem, para os elementos/operações de construção, os riscos inerentes, as medidas preventivas/corretivas a adotar e estabelece o processo de registo, assim como as responsabilidades no mesmo.


Nos Planos de Monitorização e Prevenção (PMP's) serão identificados os riscos e definidas as respetivas medidas de prevenção associadas à execução de cada elemento / operação de construção.

Nos Registos de Monitorização e Prevenção (RMP's) são registadas as verificações / ações definidas nos PMP's. Deve designar-se o responsável pelas verificações.

Quando, durante a monitorização de determinada atividade, é detetada uma situação de desrespeito do disposto nos PMP's ou nas normas gerais de segurança, há que registar esta situação bem como a medida corretiva a aplicar. Este registo é feito no “Registo de Não-Conformidade e Ações Preventivas”.

Os modelos destes registos serão apresentados no desenvolvimento do PSS pelo empreiteiro.

Cabe ao Técnico de Segurança e Higiene, a manutenção deste arquivo. Os responsáveis pela promoção dos registos devem efetuar as respetivas verificações e rubricar tal verificação.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

A Entidade Executante apresentará Planos e Registos de Monitorização e Prevenção relativos a todas as atividades relevantes inerentes à realização da empreitada, de acordo com o Plano de Trabalhos.

3.7 Plano de Identificação e Saúde dos Trabalhadores


Todos os trabalhadores, antes da sua entrada em obra, serão identificados, incluindo os dos Subempreiteiros, tarefeiros e trabalhadores independentes.

Todos os trabalhadores que venham a ser colocados na obra serão acompanhados pela Ficha de Aptidão Médica, no sentido se poder confirmar a informação relativa à data da realização do último exame médico, resultado da inspeção médica e adequação às atividades que lhes são destinadas, identificação do Médico do Trabalho, data do próximo exame médico, etc.

A periodicidade da realização dos exames médicos será feita de acordo com as disposições da legislação em vigor.

A falta de apresentação das Fichas de Aptidão Médica significa que a entrada em obra não será autorizada.

É responsabilidade do empreiteiro e subempreiteiro, a verificação e manutenção do ficheiro atualizado.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

3.8 Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores

No sentido de garantir aos trabalhadores o conhecimento dos riscos inerentes às atividades a desenvolver, às funções desempenhadas por cada um e aos postos de trabalho, e de dar a conhecer as particularidades da obra será implementado um Plano de Formação e Informação dos Trabalhadores.

O empreiteiro deverá promover as diversas ações a desenvolver, tais como, ações de acolhimento, ações de sensibilização, ações de formação específica, afixação de informações de segurança, etc.


3.9 Plano de Acidentes e Taxas de Sinistralidade

Quando se registar um acidente, será preenchido o documento deverá ser feito um “Relatório de Acidente de Trabalho” realizado pelo empreiteiro.

A Entidade Executante e Dono de Obra será sempre conhecedora, em tempo real, da ocorrência de acidentes graves ou mortais que decorram dos trabalhos da sua empreitada.

Nestes casos proceder-se-á da seguinte forma:

- Comunicação informal do sinistro ao Coordenador de Segurança em Obra;
- Delimitação imediata do local do acidente por parte da Entidade Executante (após evacuação de sinistrados);
- Comunicação formal do sinistro ao Coordenador de Segurança em Obra num prazo de 24 horas;
- Solicitação, por parte da Entidade Executante, à Entidade Empregadora do comprovativo de comunicação do acidente à Inspeção Regional do Trabalho (IRT);

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

- Caso este comprovativo não exista num prazo de 12 horas a Entidade Executante efetua a comunicação à IRT enviando o comprovativo desta comunicação ao Coordenador de Segurança em Obra e ao Dono da Obra;
- Elaboração do Relatório de Investigação do Acidente.

A partir do momento do sinistro todos os trabalhos que afetem direta ou indiretamente o local e, consequentemente, os vestígios do acidente, serão suspensos para que as entidades competentes (IRT) possam proceder às investigações das causas. Neste sentido os trabalhos só recomeçarão após autorização escrita por parte destas Entidades.


O Relatório de Investigação do Acidente é elaborado pela Entidade Executante, que tratará de recolher toda a informação necessária e testemunhos (se existirem).

3.10 Plano de Visitantes

O Plano de visitantes deverá ser apresentado pela Entidade Executante. Este Plano pretende assegurar os seguintes requisitos:

- Os visitantes são acompanhados por pessoa conhecedora do estaleiro;
- Os visitantes são munidos de equipamentos de proteção individual obrigatório;
- Os visitantes têm uma breve sessão de esclarecimento sobre a obra para ficarem a conhecer os caminhos que devem utilizar e as zonas perigosas.

O Plano de Visitantes deverá ser arquivado em Anexo, bem como toda a documentação ou registos feitos durante as visitas.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

3.11 Plano de Emergência


A Identidade Executante deverá apresentar o plano de emergência de forma a satisfazer as disposições da legislação em vigor, que pretende estabelecer medidas e procedimentos a adotar em caso de acidente e definir medidas para prestação de primeiros socorros e para a evacuação dos sinistrados e/ou trabalhadores.

A Entidade Executante deverá elaborar e manter devidamente atualizado um plano com os procedimentos de emergência, socorro e evacuação a implementar no estaleiro e frentes de obra, prevendo nomeadamente o seguinte:

- Definição e identificação dos possíveis cenários de emergência que podem ocorrer no estaleiro e frentes de obra;
- Procedimentos de atuação para cada cenário de emergência;
- Definição da estrutura e organização da equipa de emergência devidamente habilitada para a 1ª intervenção, socorro e evacuação;
- Definição do sistema de comunicação de emergência, no estaleiro e frentes de obra e com as entidades externas e diferentes intervenientes da empreitada;
- Definição do sistema de informação e divulgação do referido plano, no estaleiro, frentes de obra e quando aplicável, a entidades externas.

O referido plano, deverá ser constituído pelas seguintes peças escritas e desenhadas, respeitando conforme aplicável, as especificações definidas para o projeto de estaleiro:

- Memória descritiva;
- Lista de telefones de emergência;
- Plantas de emergência do estaleiro, com sinalética de emergência (equipamentos de 1ª intervenção de combate a incêndio e de primeiros socorros) e evacuação e respetivos caminhos de evacuação e ponto de encontro;
- Plantas com acessos, caminhos de evacuação e pontos de encontro das frentes de trabalho (quando aplicável).

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

Para o caso da empreitada que decorre na infraestrutura rodoviária, deverá ser tido em conta na definição dos procedimentos de atuação nos meios e fluxos de comunicação para os cenários de ocorrências com implicação na exploração da via.

3.12 Sistema de Gestão de informação e comunicação entre todos os intervenientes


A Entidade Executante deverá elaborar um procedimento para gestão da informação e da comunicação, bem como da cooperação entre os intervenientes.

O sistema de comunicação deve prever e identificar os fluxos de comunicação entre a Entidade Executante, o Dono da Obra, Direção de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra, bem como com as Entidades competentes, definindo para o efeito, os meios e suportes a utilizar nas comunicações. O sistema de comunicação deve prever no mínimo os seguintes assuntos:

- Desenvolvimento do PSS e seus aditamentos;
- Aprovação de subempreiteiros;
- Comunicação e tratamento de acidentes de trabalho;
- Relatório e registos periódicos de monitorização da atividade;
- Tratamento de constatações em matéria de segurança no trabalho, resultantes da atividade da Direção de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra.

3.13 Monitorização e acompanhamento

A Entidade Executante deve planear e implementar ações de monitorização e acompanhamento para avaliação das condições de segurança e saúde na empreitada. As ações de avaliação devem compreender:

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

3.13.1 Inspeções periódicas de segurança e saúde no trabalho

As inspeções de segurança têm por finalidade identificar e corrigir situações de desvio respeitantes a equipamentos, instalações, práticas ou modos operatórios. A Entidade Executante, além dos planos e registos de monitorização previsto, deve desenvolver para este efeito listas de verificação que proporcionem uma abordagem ao objeto selecionado para estudo através da comparação com os padrões estabelecidos na legislação e normas aplicáveis.

3.13.2 Auditorias


As auditorias são uma forma de análise e avaliação de riscos em que se leva a cabo uma investigação sistemática, tendo em vista determinar em que medida se verificam as condições que permitem o desenvolvimento e implantação de uma política de segurança eficaz e eficiente.

A Entidade Executante deve desenvolver um programa de auditorias, estabelecendo uma periodicidade mínima, quando aplicável, semestral.

Os planos de auditoria devem ser comunicados ao Dono da Obra, Direção de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra, num prazo máximo de 15 dias à data da sua realização.

As Auditorias Internas são planeadas pelo Coordenador de Segurança e Saúde com os seguintes objetivos:

- Aferir o grau de implementação do PSS;
- Aferir o grau de desempenho da Entidade Executante e outros intervenientes na empreitada, no que se refere à segurança;
- Verificar registos;
- Verificar as condições de segurança no trabalho.

	Plano de Segurança e Saúde – Fase de Projeto	Edição: 1.0
	Dono de Obra: Secretaria Regional das Obras Públicas e Comunicações	Revisão: 00
	Empreitada: Empreitada de Reparação de Cobertura Existente – Escola Básica Luísa Constantina (EB1/JI)	Data: 21/02/22

As Auditorias Internas serão realizadas pelo Coordenador de Segurança e Saúde e Técnico de Segurança e Higiene da Entidade Executante.

Das Auditorias realizadas, resultará um relatório de conclusões que incluirá as Não-Conformidades, se existirem.

3.13.3 Relatórios mensais das atividades técnicas desenvolvidas.

A Entidade Executante deve elaborar um relatório mensal das atividades técnicas de segurança desenvolvidas o qual deverá ser entregue ao Dono da Obra, Direção de Fiscalização e Coordenador de Segurança em Obra.

A estrutura e conteúdos a abordar no referido relatório devem ser propostos pela Entidade Executante para validação pelo Coordenador de Segurança em Obra, devendo incluir, no mínimo, a seguinte informação:

1. Introdução;
2. Enumeração dos trabalhos realizados;
3. Desenvolvimentos / aditamentos ao PSS;
4. Atividades de segurança desenvolvidas:
 - Inspeções;
 - Auditorias internas;
 - Formação e informação;
 - Simulacros ou outras ações específicas no âmbito da Emergência;
 - Elaboração e/ou atualização de documentação de segurança;
5. Índices de sinistralidade
6. Atividades de segurança previstas para o mês seguinte
 - Inspeções